

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Alterações significativas	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	32
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	34
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	35
10.5 - Políticas contábeis críticas	37
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativamente e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A CASAN está exposta a diversos riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais fatores estão relacionados a alterações bruscas nas taxas de juros e câmbio bem como a fatores inerentes às atividades da Companhia.

O Governo Federal tem exercido, e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas, climáticas e econômicas brasileiras podem afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultado das operações da Companhia.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que afetam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas econômicas envolveram no passado, dentre outras, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e não pode prevê-las. Os negócios, condições financeiras e resultados das operações, bem como o valor de mercado das Ações, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças nas políticas públicas em nível federal, estadual e municipal, e por uma série de fatores, cabendo-se destacar:

- variação nas taxas de câmbio;
- inflação;
- flutuações nas taxas de juros; e
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos.

Restrições sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da Companhia em cumprir determinadas obrigações de dívida e reduzir o valor de mercado das Ações.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade da Companhia e afetar adversamente o seu resultado financeiro.

As regras referentes às contribuições sociais, COFINS e PIS/PASEP foram alteradas ao longo dos anos, particularmente em 2003 e 2004, e afetaram diretamente as receitas da Companhia. Houve acréscimo significativo das alíquotas aplicáveis e redução das deduções permitidas pela lei na base de cálculo, o que gerou um aumento do valor das contribuições devidas. Futuras alterações na política tributária brasileira poderão afetar os resultados operacionais e condição financeira da CASAN.

A Companhia apresenta necessidades significativas de recursos financeiros para a realização de seus investimentos, e qualquer restrição à sua capacidade de obtenção de novos financiamentos poderá causar um efeito material adverso sobre seus investimentos e sobre a possibilidade de ampliação dos negócios.

A CASAN é uma empresa de capital intensivo e, portanto, tem necessidade substancial de capital. O programa de investimentos da Companhia visa, dentre outros, implantar, ampliar e/ou melhorar sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como investimentos na proteção e conservação do meio ambiente, desempenho operacional e institucional, dentre outros. Para financiar tal programa, dependemos da capacidade de gerar receita e da obtenção de financiamentos.

Políticas de restrição ao endividamento público no Brasil, que limitam o acesso a linhas tradicionais de crédito do setor de saneamento, em especial aos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), podem afetar adversamente seu Programa de Investimentos, e como consequência, seu resultado operacional e situação financeira.

(a) Risco da taxa de juros

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do país. Essas medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de 7,81%, 5,52% e 3,67% em 2012, 2013 e 2014 respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços- Mercado, e de 5,84%, 5,91% e 6,41% em 2012, 2013 e 2014 respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

No período compreendido entre 2005 e 2012, a taxa básica de juros (SELIC), calculada por meio da média diária anualizada com base em 252 dias úteis, oscilou entre 19,75% e 7,12% segundo dados do Banco Central. Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, esta taxa ficou em 9,90% e 11,65%, respectivamente.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do país e sobre nossas atividades. Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, bem como o repasse do aumento dos custos, decorrentes da inflação para as tarifas cobradas de nossos consumidores, em valores suficientes e prazo hábil para cobrir um eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais.

O aperto das políticas monetárias poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que poderão elevar o custo do nosso endividamento e ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

Nossa dívida está sujeita a variações nas taxas de juros que podem elevar o nosso custo de financiamento. Em 31 de dezembro de 2014, o total de empréstimos, financiamentos mantidos pela companhia era de R\$ 383,2 milhões, totalmente indexado a taxas de juros variáveis. Dessa forma, a elevação de taxas de juros às quais nossa dívida está indexada pode elevar os encargos financeiros de nossa dívida. Além disto, não possuímos contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitoramos continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de nossas dívidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A tabela abaixo mostra, segregados por indexador, o total de empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável:

Descrição (Em R\$ Mil)	31/12/2014	31/12/2013
UPR - Unidade Padrão de Referência	52.073	43.053
CDI- Certificado de Depósitos Interbancários	-	40.000
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	331.151	112.960

Ademais, apresentamos abaixo o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução CVM nº 475/08, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março 2015 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabelas abaixo.

Cenário I - 31/03/2015

Instrumentos Financeiros em (mil R\$)	Risco	Provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo Financeiro				
Aplicações Financeiras	CDI	127.907	128.742	129.576
Passivo Financeiro				
Caixa Econômica Federal - Obras	UPR	52.187	52.218	52.244
CCB Petros	IPCA	16.088	16.152	15.886
CCB Postalís	IPCA	53.345	53.555	53.770
CCB Banco Prosper	IPCA	1.056	1.060	1.065
CCB FACEB	IPCA	3.661	3.675	3.690
CCB FIPECQ	IPCA	5.063	5.083	5.103
FIDC CASAN	IPCA	257.267	258.280	259.318

Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Taxa Projetada para 31/03/2015	Aumento da Taxa em 25%	Aumento da Taxa em 50%
CDI - Trimestral	2,67%	3,34%	4,01%
UPR - Trimestral	0,22%	0,28%	0,33%
IPCA - Trimestral	1,61%	2,01%	2,42%

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Cenário II - 31/03/2015**

Instrumentos Financeiros	Risco	Provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo Financeiro				
Aplicações Financeiras	CDI	127.907	127.072	126.250
Passivo Financeiro				
Caixa Econômica Federal - Obras	UPR	52.187	52.161	52.130
CCB Petros	IPCA	16.088	16.025	15.962
CCB Postalís	IPCA	53.345	53.135	52.925
CCB Banco Prosper	IPCA	1.056	1.052	1.048
CCB FACEB	IPCA	3.661	3.646	3.632
CCB FIPECQ	IPCA	5.063	5.043	5.023
FIDC CASAN	IPCA	257.267	256.254	255.241
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Taxa Projetada para 31/03/2015	Redução da Taxa em 25%	Redução da Taxa em 50%	
CDI - Trimestral	2,67%	2,00%	1,34%	
UPR - Trimestral	0,22%	0,17%	0,11%	
IPCA - Trimestral	1,61%	1,21%	0,81%	

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre nossos instrumentos financeiros. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

(b) Risco de Crédito

Em 31 de dezembro de 2014, possuíamos contas a receber relacionadas à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no valor total de R\$ 290,1 milhões, liquidas de provisão para perdas na realização de créditos de R\$ 140,2 milhões. Desse valor, R\$ 107,2 milhões encontravam-se a vencer, R\$ 25,6 milhões encontravam-se vencidas por um período de até 90 dias, R\$ 7,4 milhões encontravam-se vencidas entre 90 e 180 dias

Praticamente dois terços da população do Estado de Santa Catarina é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, uma vez que adotamos a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência de clientes privados. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento. Todavia, do total de contas a receber, em 31 de dezembro de 2014, 29,39% são devidas pelo setor público ao

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

qual fornecemos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Temos limitação legal para implementar cortes de abastecimento a entidades do setor público, tanto na esfera federal quanto estadual e municipal. Em virtude dessas restrições, não aplicamos a política de corte no fornecimento de água para quaisquer entidades do poder público nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

Dessa forma, temos sido afetados pela inadimplência de entidades públicas tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal.

Abaixo, os valores a receber de clientes segregados por categoria e faixa de idade dos saldos:

Categoria	A	< 90	>90 < 180	>180 < 720	< 720	Total
Comercial	14.873	3.628	805	3.209	11.415	33.930
Industrial	2.188	528	88	219	3.207	6.230
Pública	6.400	3.692	3.252	20.287	51.643	85.274
Residencial	43.765	17.846	3.278	13.192	46.694	124.775
Consumo a	39.933	-	-	-	-	39.933
	<u>107.159</u>	<u>25.694</u>	<u>7.423</u>	<u>36.907</u>	<u>112.959</u>	<u>290.142</u>
PCLD	-	-	-	(36.907)	(112.959)	(149.866)
Total						
Contas a	<u>107.159</u>	<u>25.694</u>	<u>7.423</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>140.276</u>

(c) Risco do Ambiente Macroeconômico Brasileiro

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia do Brasil e, ocasionalmente, realiza mudanças significativas nas políticas e regulamentações. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, dentre outras medidas, aumentos ou reduções nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, restrições a remessas para o exterior, limites a importações, congelamento de contas correntes, entre outros. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, perspectivas e o preço de mercado de nossas ações poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Ambiente regulatório relativo às nossas operações, nossos negócios e contratos de concessão;
- Inflação;
- Políticas cambiais;
- Crescimento da economia interna;
- Redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- Políticas monetárias;
- Taxas de juros;
- Instabilidades sociais ou políticas;
- Políticas fiscais e mudanças na legislação tributária; e
- Outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Incertezas em relação à implementação de mudanças pelo governo brasileiro nas políticas ou normas que podem afetar esses ou quaisquer outros fatores no futuro poderão contribuir com a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários e dos títulos emitidos no exterior por companhias brasileiras. Assim, tais incertezas e outros desdobramentos futuros na economia do país poderão afetar negativamente o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.

(d) Risco Cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos financiamentos com relação ao Iene e ao Euro.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em ienes e em euros, totalizava R\$ 106,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando 9% de seu endividamento total. (vide quadro do endividamento no item 10.1.f).

Adicionalmente, a Companhia não contrata operações de hedge para as dívidas em moeda estrangeira, por considerá-las reduzidas em relação ao endividamento total além do perfil de longo prazo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para todos os riscos a que está sujeita no curso normal de suas atividades, incluindo os riscos de mercado descritos na Seção 5.1 deste Formulário de Referência, de acordo com a política de gerenciamento de riscos descritas.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não mantém operações de 'hedge' ou 'swap'. No entanto, a Companhia faz uma gestão ativa da dívida, e busca aproveitar as oportunidades de mercado, visando trocar dívidas com taxas de juros mais elevadas por dívidas com taxas de juros mais atraentes.

Quanto à dívida em moeda estrangeira, a Companhia não utiliza da estratégia de hedge, tendo em vista a baixa representatividade dessa dívida com relação ao montante do seu endividamento total, 9% em 31/12/2014. Ainda, o perfil da dívida em moeda estrangeira é de longo prazo.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, pois conforme mencionado no item b acima a Companhia não mantém operações de 'hedge' ou 'swap'.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para gerenciamento de seus riscos de mercado a Companhia se baseia em certas diretrizes e parâmetros conforme descrito nos próximos itens.

e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A CASAN não mantém uma estrutura específica de controle de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A CASAN entende que a atual estrutura de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de gerenciamento dos riscos, e a Gerência de Controladoria Econômico-financeira e a Assessoria de Planejamento atuarão de forma a minimizar a exposição de efeitos negativos de riscos em potencial que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a) condições financeiras e patrimoniais gerais.**

O resultado do exercício vem demonstrar o potencial da companhia, que gradativamente, e de forma sustentável, conseguiu se colocar entre as principais empresas do segmento, auferindo no exercício um lucro líquido de R\$ 74,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1.a – Principais Indicadores dos últimos oito anos**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo Total (AT)	1.383.808	1.446.722	1.606.574	1.721.817	2.288.511	2.247.279	2.328.908	2.408.156
Patrimônio Líquido (PL)	788.034	989.918	1.018.276	1.003.738	1.277.898	1.236.642	1.220.275	1.278.376
Receita Operacional Líquida (ROL)	379.319	415.968	466.326	489.036	539.155	610.342	659.952	744.696
Lucro Líquido (LL)	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904	21.418	41.584	74.734
Endividamento Geral (PC + ELP)/AT	0,43	0,32	0,37	0,42	0,44	0,44	0,47	0,46
Ebitda	144.911	78.824	90.508	27.498	75.903	117.888	165.839	260.552
Ebit	113.711	45.918	56.260	-11.512	37.748	56.640	102.373	198.815
Geração de Caixa	142.597	201.916	116.539	30.241	59.798	118.260	167.438	199.790
Endividamento Financeiro (EF/AT)	0,09	0,09	0,14	0,12	0,11	0,11	0,14	0,20
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,28	0,30	0,12	0,13	0,42	0,45	0,29	0,08
Margem Bruta (LB/ROL)	40,30%	30,00%	66,20%	67,07%	66,98%	62,33%	62,09%	62,00%
Margem Operacional (LO/ROL)	13,50%	7,20%	7,60%	-7,87%	1,66%	4,10%	10,06%	17,54%
Margem Líquida (LL/PL)	14,30%	4,40%	7,00%	-2,35%	1,47%	3,51%	6,30%	10,04%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	6,90%	1,80%	3,20%	-1,13%	0,61%	1,71%	3,36%	5,76%
Liquidez Geral (AC+RLP)/(PC+ELP)	0,73	0,98	1,02	0,94	0,54	0,49	0,49	0,47
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,52	1,02	1,37	1,73	1,23	1,07	1,34	1,75
Impostos/Receita Bruta*	13,80%	12,20%	12,70%	11,30%	9,47%	11,45%	12,67%	11,15%

* Impostos = PASEP+COFINS+IR+CSLL

Obs.: Para fins de análise de Balanço, a Receita Diferida (o antigo resultado de exercícios futuros) deve ser retirada do

Passivo não Circulante e considerada junto ao Patrimônio Líquido.

Fonte: Balanços Contábeis e Demonstrativos de Resultados - DF/GCT

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) hipóteses de resgate.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela abaixo indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

10.1 - c - Relação Dívida Líquida / Ebitda				
Em milhões R\$	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Dívida total	258.622	237.861	330.143	489.636
Caixa e aplicações financeiras	72.345	34.710	120.673	130.318
Dívida Líquida	186.277	203.151	209.470	359.318
EBITDA	75.903	117.888	165.839	260.552
Índice Dívida Total/EBITDA	3,41	2,02	1,99	1,88
Índice Dívida Líquida/EBITDA	2,45	1,72	1,26	1,38
Obs.: Foram desconsideradas as partes relacionadas para o cálculo das dívidas.				
GCF/Dipro				

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, Banco Prósper, International Finance Corpotion - IFC e KFW.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do "float" da arrecadação nos agentes credenciados.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 f - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Passivo Circulante			Passivo não Circulante			Encargos anuais ponderados
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	
<u>Operações no Exterior:</u>							
International Finance Corporation - IFC	0	8.070	8.166	0	20.957	29.383	IPCA a.a fixo 7,60% + tx juros a.a
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD				80.675	80.662		
Japan International Cooperation Agency - JICA				23.510	14.648	4.802	
Kreditanstalt Wiederaufb.							4,5% var. Cambial
KFW	1.115	1.120	935	1.112	2.210	2.767	
	1.115	9.190	9.101	105.297	118.477	36.952	
<u>Operações no país:</u>							
Caixa Econômica Federal - CEF- Obras	1.197	10.659	10.465	50.876	32.394	32.133	9,87% + TR
Caixa Econômica Federal - CEF- Capital de Giro	0	10.000		0	6.463		
Banco Industrial e Comercial - BIC	0	30.000					
PETROS	10.000	10.000		5.834	15.834		IPCA 12%a.a
POSTALIS	20.000	20.000		32.500	52.500		IPCA 12%a.a
Prosper	520	520		520	1.040		IPCA 12% a.a
FINEP	2.600	2.600		2.383	4.983		IPCA 12% a.a
CEB	1.880	1.880	87.500	1.723	3.603	61.710	IPCA 12% a.a
FIDC	3.191	0	0	250.000	0		
Total Operações País	39.388	85.659	97.965	343.836	116.817	93.843	
	40.503	94.849	107.066	449.133	235.294	130.795	

Fonte: GCT

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 3,227 em 31 de dezembro de 2014 e 1 Iene equivalente a R\$ 0,02223 em 31 de dezembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b) Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2035;

Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico.

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

Banco Prosper

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 02 anos e prazo total de 07 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

FIDC

O fundo foi constituído em 30/05/2014 como condomínio fechado, com prazo de 120 meses, contados a partir da primeira subscrição de cotas. Sua estrutura de capital é composta de duas classes de cotas: uma série de cotas seniores e uma de cotas subordinadas. A administração é feita pela Caixa, que também é o agente de centralização dos pagamentos dos direitos creditórios. O custodiante é o Banco do Brasil S.A. (BB), que atua como fiel depositário dos documentos relacionados aos direitos creditórios cedidos e pertencentes ao fundo. A troca de informações entre os bancos arrecadadores e o BB ocorrerá por meio da empresa de tecnologia GXS Tecnologia contratada pelo fundo.

A série sênior foi emitida no montante de BRL250 milhões, corrigido monetariamente, em bases mensais, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A remuneração é de 9,0% ao ano. Os pagamentos de juros ocorrem mensalmente, sem carência. As amortizações de principal também acontecerão todo mês, após carência de 36 meses.

As cotas subordinadas, no montante nominal de até BRL7,5 milhões, foram subscritas e integralizadas pela Casan. Seu montante deverá ser sempre de, ao menos, 3% o valor das cotas seniores. As cotas subordinadas não poderão ser amortizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

durante a vida do fundo e somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas após 31/12/2013

FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2015)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2016 e 2017)	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos (2018 e 2019)	Superior a 5 anos (2020 em diante)	TOTAL
CEF	1.197.567,22	3.477.037,04	3.788.428,16	43.610.873,79	52.073.906,21
GOV DO ESTADO	12.123.024,27	24.243.604,80	24.243.604,80	44.896.371,59	105.506.605,46
KfW	1.102.159,20	1.102.158,91	-	-	2.204.318,10
BANCO PROSPER	35.000.000,00	42.960.000,00	-	-	77.960.000,00
JICA - Consultoria	-	2.526.439,50	5.051.545,20	15.931.986,19	23.509.970,89
AFD*	-	4.033.750,00	16.135.000,00	60.506.250,00	80.675.000,00
FIDC	-	17.857.142,86	71.428.571,43	160.714.285,71	250.000.000,00
TOTAL	49.422.750,69	96.200.133,10	120.647.149,59	325.659.767,29	591.929.800,67
Fonte:	GFI				
	* Euro: 3,227		* Iene: 0,02223		

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela companhia junto ao referido banco, com a interveniência do estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a companhia ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não Há

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não Há

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão - KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Alemão - KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato: CRB 1036 01M

Agente Financiador:

Agence Française e Developpement - AFD

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, Agence Française e Developpement - AFD e Governo do Estado de Santa Catarina

Data:

18/10/2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

11.9 Endividamento

A Tomadora do Empréstimo não contrairá nem manterá qualquer Dívida, exceto as Dívidas Autorizadas, exceto se:

- (i) O Índice de todas as Coberturas Projetadas de Serviço da Dívida, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são maiores do que [1.3];

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) O Quociente de Alavancagem, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são menores do que [70%]./

A Tomadora do Empréstimo se compromete a notificar prontamente a Mutuante caso deva contrair outras Dívidas Autorizadas.

Sendo que:

Dívida

significa:

Autorizada

- a) qualquer Dívida devida e exigível em prazo inferior a um ano, inclusive contas a pagar a fornecedores necessários no curso normal dos negócios da Tomadora do Empréstimo;
- b) Dívida a médio e longo prazo relativa ao Contrato;
- c) qualquer Dívida existente na Data da Assinatura deste Contrato, enumerada no Anexo 6 (*Empréstimos Existentes na Data da Assinatura*);
- d) qualquer nova Dívida assumida com o consentimento prévio por escrito da Mutuante.

11.13 Índices Financeiros

A Tomadora do Empréstimo se compromete a cumprir os seguintes índices financeiros:

- (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida não será inferior a 1.3;
- (ii) o Quociente de Alavancagem não excederá 70%;
- (iii) o Quociente da Dívida Financeira pela EBITDA não será maior do que:
 - 4,5 em cada data de fechamento até dezembro de 2015;
 - 4,0 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016;
 - 3,5 em cada data de fechamento posterior;
- (iv) o Índice de Liquidez Corrente não será inferior a:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 1,25 em 31 de dezembro de 2012;
- 1,4 em cada data de fechamento posterior./'

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:**11.14 Dividendos**

Exceto se acordado de outra forma pela Mutuante, a Tomadora do Empréstimo se compromete a não distribuir dividendos a seus acionistas, além do valor mínimo legal. Após um período de 5 (cinco) anos, a Tomadora do Empréstimo terá o direito de distribuir dividendos ficando disposto que: (i) um Modelo Financeiro satisfatório e atualizado seja enviado pela Tomadora do Empréstimo; e (ii) tal distribuição autorizada não comprometa a situação financeira da Tomadora do Empréstimo./'

Restrições quanto a Alienação de Ativos:**11.10 Alienações Autorizadas**

A Tomadora do Empréstimo se compromete a não dispor de seus ativos, exceto em uma Alienação Autorizada.

Sendo:

Alienação (ões)

significa

Autorizada (s)

- (a) ativos que estão obsoletos ou não necessários para o projeto ou ativos que não são essenciais para o funcionamento ou desenvolvimento do negócio principal da Tomadora de Empréstimo, eliminados em condições normais de uso, ou que são vendidos, alugados, transferidos ou alienados no curso normal dos negócios da Tomadora de Empréstimo em condições normais de concorrência, ou quando a alienação seja permitida nos termos de qualquer outra disposição do presente Contrato;
- (b) ativos (incluindo, mas não limitado a ativos necessários para o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Projeto), que são vendidos, alugados, transferidos ou cedidos em troca de outros ativos comparáveis ou superiores quanto ao tipo, valor, qualidade e quantidade;

(c) ativos relacionados a quaisquer alterações que possam ser necessárias nos termos de uma mudança na legislação, desde que informado previamente à Mutuante sobre os ativos a serem alienados;

(d) ativos que não excedam o valor total de um por cento (1%) do total de ativos da Tomadora de Empréstimo e de suas Subsidiárias determinado pelo último balanço anual auditado da Tomadora de Empréstimo; o'

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

A alteração no controle da empresa é considerado um evento de inadimplemento.

'13. EVENTOS DE INADIMPLEMENTO - ANTECIPAÇÃO DO VENCIMENTO***13.1 Eventos de Inadimplemento***

13.1.10 Alteração no Controle
Ocorra qualquer alteração no Controle.'

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão - KFW - Kreditanstalt für Wiederaufbau.

Partes:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt für Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:

Diversos contratos de Financiamentos, totalizando vinte e dois (20), distribuídos em diversos municípios.

Agente Financiador:

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Caixa Econômica Federal (CEF).

Data:

16.04.2012 e 11.04.2014

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Penhor dos direitos emergentes de contratos de concessão ou contratos programa limitados a 03 vezes o encargo mensal. Fluxo de 03 vezes o valor a ser pago no mês em cobranças na conta 7667-0; manutenção de 1 vez a cobrança mensal na conta 7661-1 que fica bloqueado até o fim do contrato e garantia fidejussória do Estado de SC.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, o Estado de Santa Catarina realizou operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela CASAN junto ao referido banco. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a CASAN ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não Há

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não Há

Contrato:

193/2009, 324/2009, 325/2009, 340/2009, 342/2009 e 253/2010.

Agente Financiador:

Banco Prosper S.A.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Prosper S.A.

Data:

2009 e 2010

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios equivalente a 120% do serviço da dívida em conta reserva + 3,5% do valor do crédito concedido caucionado em aplicação financeira.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:**Agente Financiador:**

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC CASAN

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e FIDC CASAN

Data:

30/05/2014

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

	Valor contratado	Valor utilizado	Percentual utilizado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2014	
Operações no exterior:			
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	321.914	80.675	25,06
Japan International Cooperation Agency - JICA	320.690	23.510	7,33
Kreditanstalt Für Wiederaufbau KfW	2.227	2.227	100,00
Total Operações no exterior	644.831	106.412	16,50
Operações no país:			
Caixa Econômica Federal - Obras	383.404	52.073	13,58
Fund. Petrobrás de Seguridade Social-Petros	15.834	15.834	100,00
Postalís Inst. Seg. Soc. Dos Correios e Telégrafos	52.500	52.500	100,00
Banco Prosper S/A	1.040	1.040	100,00
FIPECQ Fund. Prev. Empregados FINEP/IPEA/CNPQ/INPE	4.983	4.983	100,00
Fundação de Previdência dos Empregados da CEB	3.603	3.603	100,00
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	253.191	253.191	100,00
Total Operações no país	714.555	383.224	53,63
Total Empréstimos e Financiamentos	1.359.386	489.636	36,02

A Companhia possui contratos de financiamento destinados a obras específicas, cujos recursos são liberados à medida que tais obras são executadas, não podendo ser utilizados para projetos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

que não sejam objetos do contrato. (vide quadro do endividamento no item 10.1.f).

Índice de Cobertura Adequado: Considerando o histórico crescente do fluxo de recebíveis e a subordinação estrutural, o índice de cobertura do serviço da dívida (DSCR) foi estimado em, pelo menos, 11,1 vezes (x) para as cotas seniores. O regulamento do fundo estabelece um DSCR mínimo de 5,0x, que deverá ser mantido durante toda a vida do fundo. Caso contrário, o valor equivalente a 2,5x do serviço de dívida mensal será retido para a amortização antecipada das cotas seniores.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Eventos de Avaliação:

O regulamento do fundo contempla alguns eventos de avaliação. Na ocorrência destes eventos, o administrador deverá convocar assembleia geral para que os cotistas deliberem se tal evento deve ser considerado um evento de liquidação. Alguns dos eventos de avaliação são:

- Alteração do controle acionário, direto ou indireto, ou dos objetos sociais da Casan;
- Fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Casan;

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2013 em relação à 31/12/2014:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - h - Principais Variações das Contas Patrimoniais					
Item	2013	AV	2014	AV	AH
Disponibilidades	18.785.828	0,81%	25.123.919	1,08%	33,74%
Titulos e valores mobiliários	101.886.703	4,37%	105.193.847	4,52%	3,25%
Contas a receber de clientes	125.925.767	5,41%	133.759.188	5,74%	6,22%
Partes Relacionadas	8.863.630	0,38%	9.776.282	0,42%	10,30%
Estoques	29.050.678	1,25%	28.434.100	1,22%	-2,12%
Outros	61.347.398	2,63%	60.347.171	2,59%	-1,63%
Ativo Circulante	345.860.004	14,85%	362.634.507	15,57%	4,85%
Titulos e valores mobiliários			19.387.323	0,83%	
Contas a receber de clientes	6.734.670	0,29%	6.517.391	0,28%	-3,23%
Depósitos Judiciais	84.376.859	3,62%	69.216.533	2,97%	-17,97%
Ativo fiscal diferido	74.254.143	3,19%	27.989.147	1,20%	-62,31%
Ativos Financeiros	22.095.737	0,95%	31.633.096	1,36%	43,16%
Ativo Realizavel a longo Prazo	187.461.409	8,05%	154.743.490	6,64%	-17,45%
Investimentos	303.589	0,01%	303.589	0,01%	0,00%
Imobilizado	28.897.486	1,24%	30.714.398	1,32%	6,29%
Obras em Andamento	262.101.286	11,25%	419.988.077	18,03%	60,24%
Intangível	1.504.284.404	64,59%	1.439.771.841	61,82%	-4,29%
Ativo Permanente	1.795.586.765	77,10%	1.890.777.905	81,19%	5,30%
Ativo não circulante	1.983.048.174	85,15%	2.045.521.395	87,83%	3,15%
Ativo	2.328.908.178	100,00%	2.408.155.902	103,40%	3,40%
Empréstimos e financiamentos	94.848.790	4,07%	40.503.032	1,74%	-57,30%
Fornecedores e empreiteiros	22.965.516	0,99%	33.206.558	1,43%	44,59%
Partes Relacionadas	16.648.536	0,71%	20.945.149	0,90%	25,81%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	39.420.470	1,69%	39.849.179	1,71%	1,09%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	14.583.178	0,63%	12.716.399	0,55%	-12,80%
Impostos e Contribuições à recolher	52.356.177	2,25%	36.832.436	1,58%	-29,65%
Dividendos Propostos	10.634.931	0,46%	16.817.673	0,72%	58,14%
Participação Estatutárias	26.369	0,00%	26.369	0,00%	0,00%
Outros	7.400.521	0,32%	5.965.100	0,26%	-19,40%
Passivo Circulante	258.884.488	11,12%	206.861.895	8,88%	-20,09%
Empréstimos e financiamentos	235.294.135	10,10%	449.132.915	19,29%	90,88%
Partes Relacionadas	77.905.435	3,35%	91.932.934	3,95%	18,01%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	31.511.349	1,35%	20.981.526	0,90%	-33,42%
Impostos e Contribuições à recolher	64.308.619	2,76%	57.608.416	2,47%	-10,42%
Imposto de Renda e Cont. social diferidos	206.819.167	8,88%	200.563.839	8,61%	-3,02%
Provisão para contingências	138.875.979	5,96%	45.413.655	1,95%	-67,30%
Plano previdenciário e assistencial	76.946.638	3,30%	38.532.125	1,65%	-49,92%
Outros	115.941	0,00%	75.334	0,00%	-35,02%
Receita Diferida	17.970.968	0,77%	18.677.666	0,80%	3,93%
Passivo Não Circulante	849.748.231	36,49%	922.918.410	39,63%	8,61%
Capital Social	842.266.638	36,17%	842.266.638	36,17%	0,00%
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	24.773.623	1,06%	35.407.842	1,52%	42,93%
Reserva de reavaliação	104.275.291	4,48%	100.806.930	4,33%	-3,33%
Ajuste Patrimonial	150.872.570	6,48%	147.617.141	6,34%	-2,16%
Reserva Legal	6.229.000	0,27%	9.965.691	0,43%	59,99%
Reserva p/Plano de Investimentos	7.293.171	0,31%	7.293.171	0,31%	0,00%
Reservas de lucros a realizar	84.565.166	3,63%	135.018.184	5,80%	59,66%
Patrimônio líquido	1.220.275.459	52,40%	1.278.375.597	54,89%	4,76%
Passivo	2.328.908.178	100,00%	2.408.155.902	103,40%	3,40%
Fonte: GCT					

Ativo**Ativo Circulante:**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Ativo Circulante aumentou 4,85%, passando de R\$ 345,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 362,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. O acréscimo ocorreu nas Disponibilidades, que passou de R\$ 18,7 milhões em 2013 para R\$ 25,1 milhões em 31/12/2014. As Contas a Receber de Clientes também registraram acréscimo, e passaram de R\$ 125,9 milhões para R\$ 133,7 milhões, o mesmo acontecendo com as contas a receber de Partes Relacionadas, que passou de R\$ 8,8 milhões para 9,7 milhões no mesmo período.

Realizável à Longo Prazo:

O Ativo Realizável à Longo Prazo diminuiu em 17,45% na comparação entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, passando de R\$ 187,4 milhões para R\$ 154,7 milhões. O principal motivo para esta variação foi à expressiva baixa (62,31%) realizada no Ativo Fiscal Diferido, que passou de R\$ 74,2 milhões para R\$ 27,9 e na conta de Depósitos Judiciais, que reduziu de R\$ 84,3 milhões para 69,2 no período. A redução no Ativo Fiscal Diferido foi em decorrência da reversão de R\$ 100,0 milhões nas provisões para contingências cíveis. Com relação a conta de Depósitos Judiciais, a redução foi por encerramento de diversas ações contra a Companhia.

Permanente:

O Ativo Permanente apresentou uma variação 5,30%, passando de 1.795,5 para 1.890,7 bilhões. O crescimento de 60,24% na conta de Obras em Andamento foi praticamente responsável pelo aumento verificado no grupo da conta. O Intangível representa 61,82% do grupo Permanente. O incremento em Obras em Andamento foi motivado pelo início de novas obras durante o exercício de 2014.

Passivo

Circulante:

O Passivo Circulante diminuiu 20,09% no período, passando de R\$ 258,8 milhões em 2013 para R\$ 206,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. As maiores reduções foram verificadas nas contas de Empréstimos e Financiamentos (-57,30%) e Impostos e Contribuições a Recolher (-29,65%).

Não Circulante ou Exigível à Longo Prazo:

O Passivo Não Circulante sofreu acréscimo de 8,61% no período, passando de R\$ 849,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 922,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. O principal aumento no grupo ocorreu na rubrica Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo (90,88%).

Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da CASAN, passou de R\$ 1.220,2 bilhões para R\$ 1.278,3 bilhões, valor este 4,76% maior em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 2013. As maiores variações foram verificadas nas contas de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reserva Legal e Reservas de Lucros a Realizar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 h i - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais				
Item	2013	2014	%	Varição
Tarifas de água	592.313	667.663	91,84%	112,72%
Tarifas de esgoto	119.934	134.288	18,47%	111,97%
Outras	14.767	18.224	2,51%	123,41%
Total [Receita Bruta]	727.014	820.175	112,81%	112,81%
Deduções da Receita	(67.062)	(75.479)	-9,20%	99,77%
Receita Operacional Líquida	659.952	744.696	90,80%	100,02%
Custo dos Serviços Prestados	(250.203)	(282.965)	-38,92%	113,09%
Lucro Bruto	409.749	461.731	63,51%	112,69%
Com vendas	(55.826)	(65.776)	-9,05%	117,82%
Gerais e Administrativas	(247.383)	(287.491)	-39,54%	116,21%
Fiscais e tributárias	(4.585)	(8.050)	-1,11%	175,57%
Total [Despesas Operacionais]	(307.794)	(361.317)	-49,70%	117,39%
Receitas operacionais	11.280	110.079	15,14%	975,88%
Despesas operacionais	(10.862)	(11.678)	-1,61%	107,51%
Total [Outras Receitas (Despesas) Operacionais]	418	98.401	13,53%	23540,91%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	102.373	198.815	27,35%	194,21%
Receitas financeiras	10.612	18.887	2,60%	177,98%
Despesas financeiras	(46.584)	(87.070)	-11,98%	186,91%
Total [Resultado Financeiro]	(35.972)	(68.183)	-9,38%	189,54%
Lucro Operacional	66.401	130.632	17,97%	196,73%
Receitas não operacionais	956	118	0,02%	12,34%
Despesas não operacionais	(21)	(60)	-0,01%	285,71%
Total [Resultado não Operacional]	935	58	0,01%	6,20%
Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	67.336	130.690	17,98%	194,09%
Provisão para imposto de renda	(18.154)	(11.488)	-1,58%	63,28%
Provisão para contribuição social	(6.882)	(4.458)	-0,61%	64,78%
Imposto de renda e cont. social diferidos	6.259	6.255	0,86%	99,94%
Imposto de renda e cont. social ativo fiscal diferido	(6.975)	(46.265)	-6,36%	663,30%
Total [Impostos sobre o lucro]	(25.752)	(55.956)	-7,70%	217,29%
Lucro Antes das Participações	41.584	74.734	10,28%	179,72%
Participações em Resultados	0	0	0,00%	
Lucro Líquido do Exercício	41.584	74.734	10,28%	179,72%
Quantidade de Ações	715.094	715.094	0	
Lucro por ações	0,05815	0,10451	0	
Fonte: GCT				

Receita:

A Receita Operacional Líquida da CASAN aumentou 12,84%, passando de R\$ 659,9 milhões em 2013 para R\$ 744,6 milhões em 2014. A Receita Bruta aumentou 12,81%, passando de R\$ 727,0 milhões em 2013 para R\$ 820,1 milhões em 2014.

A Receita Bruta com tarifas de água em 2013 aumentou 12,72%, passando de R\$ 592,3 milhões em 2013 para R\$ 667,6 milhões em 2014.

A Receita Bruta com tarifas de esgoto em 2014 aumentou 11,97%, passando de R\$ 119,9 milhões em 2013 para R\$ 134,8 milhões em 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2014. O incremento observado ocorreu em função do crescimento no número de ligações de esgoto no período, e do crescimento do consumo por ligação.

As outras receitas com serviços de água e esgoto aumentaram em 2014, passando de R\$ 14,7 milhões para R\$ 18,2 milhões.

Custo dos Serviços Prestados:

O Custo dos Serviços Prestados pela CASAN em 2014 foi R\$ 32,7 milhões superior ao ano anterior, passando de R\$ 250,2 milhões para R\$ 282,9 milhões. Como percentual da Receita Bruta, o Custo dos Serviços Prestados passou de 34,4% em 2013, para 34,5% em 2014, ou seja, manteve-se estabilizado.

Lucro Bruto:

Como resultado dos fatores comentados acima, o Lucro Bruto em 2014 aumentou em R\$ 51,9 milhões, passando de R\$ 409,7 para R\$ 461,7 milhões, apresentando um acréscimo de 12,69%. Como percentual da Receita Bruta, o Lucro Bruto passou de 56,4% em 2013 para 56,3% em 2014.

Despesas com Vendas:

As Despesas Operacionais com Vendas apresentaram aumento de 17,82%, passando de R\$ 55,8 milhões em 2013 para R\$ 65,7 milhões em 2014. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas com Vendas aumentaram de 7,67% em 2013, para 8,00% em 2014. O aumento em Despesas com Vendas decorreu principalmente do crescimento nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Despesas Gerais e Administrativas:

As Despesas Gerais e Administrativas registraram um acréscimo de 16,21%, passando de R\$ 247,3 milhões em 2013 para R\$ 287,4 milhões em 2014. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas Gerais e Administrativas passaram de 34,03% em 2013, para 35,05% em 2014.

Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Em 2014, o saldo líquido das Outras Receitas e Despesas Operacionais foi de R\$ 98,4 milhões de receita líquida, ante R\$ 0,4 milhões apuradas em 2013.

As Outras Receitas Operacionais passaram de R\$ 11,2 milhões em 2013 para R\$ 110,0 milhões em 2014, ou 975,88% de acréscimo no período.

Com referência as Outras Despesas Operacionais, o montante de R\$ 11,6 milhões em 2014 é superior em 7,51% se comparado aos R\$ 10,8 milhões de 2013.

Resultado Financeiro:

O Resultado Financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas (ou ganhos) cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com valores mobiliários (juros), descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a pagar e a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Despesa Financeira Líquida passou de R\$ 35,9 milhões em 2013 para R\$ 68,1 milhões em 2014, apresentando um incremento de 89,54%.

As Despesas Financeiras passaram de R\$ 46,5 milhões em 2013 para R\$ 87,0 milhões em 2014, ou 86,91% de acréscimo.

As Receitas Financeiras fecharam 2014 em R\$ 18,8 milhões, apresentando um acréscimo de 77,98% ante os R\$ 10,6 milhões de 2013.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi representado em 2014, por um Lucro de R\$ 130,6 milhões, valor 94,09% maior que o Lucro de R\$ 67,3 milhões apurado em 2013.

Imposto de Renda e Contribuição Social:

A provisão para o Imposto de Renda apurado no exercício passou de R\$ 18,1 milhões em 2013 para R\$ 11,4 milhões em 2014, apresentando uma redução de 36,72%.

O mesmo ocorreu com a Contribuição Social, que passou de R\$ 6,8 milhões em 2013 para R\$ 4,4 milhões, uma redução de 35,22%.

Lucro Líquido:

Como resultado dos fatores descritos acima, o Lucro Líquido de R\$ 74,4 milhões apurado em 2014 foi 79,72% maior que o Lucro Líquido de R\$ 41,5 milhões apurado em 2013. Como percentual da Receita Bruta, o resultado verificado em 2014 corresponde a 9,11%.

CONTRATOS DE PROGRAMA – Lei nº 11.445/2007

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário depende de outorgas específicas pelo poder público. No caso das Concessões dos Municípios operados pela CASAN, anteriores à vigência da Lei Federal 11.445/2007, tais outorgas ocorreram por meio de Contratos de Concessão. Já após a referida Lei, por meio da celebração de Contratos de Programa.

Desde a entrada em vigor da Lei Federal de Saneamento Básico, a Casan detêm como política, via de regra, renovar os contratos de concessões com os Poderes Concedentes existentes mediante a celebração de contratos de programa.

A CASAN, fase ao novo contexto legal do saneamento, criou uma unidade orgânica para estrategicamente aprimorar o relacionamento com os Municípios, visando renovar com os municípios em que os contratos de concessão estavam terminando e que representavam um maior volume de faturamento para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Observa-se pela Planilha Anexa que os 13(treze) Contratos de Programa já assinados representam 48,03% da arrecadação da CASAN.

QUADRO DE ARRECADAÇÃO POR MUNICÍPIO - em R\$**Janeiro à Outubro de 2015***(Fonte - SCI -Sistema Comercial Integrado)*

Nº	Município	Arrecadação	%	%
				Acumulado
1	FLORIANÓPOLIS	195.964.189,40	28,02%	28,02%
2	CRICIÚMA	53.865.628,93	7,70%	35,72%
3	RIO DO SUL	15.506.262,61	2,22%	37,94%
4	LAGUNA	11.918.186,79	1,70%	39,64%
5	BIGUAÇU	11.763.670,81	1,68%	41,32%
6	BARRA VELHA	9.180.332,10	1,31%	42,64%
7	CANOINHAS	8.669.401,74	1,24%	43,88%
8	CURITIBANOS	6.220.410,85	0,89%	44,77%
9	GAROPABA	5.986.125,02	0,86%	45,62%
10	FORQUILHINHA	4.933.876,07	0,71%	46,33%
11	BRAÇO DO NORTE	4.401.949,30	0,63%	46,96%
12	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	4.025.511,75	0,58%	47,53%
13	IBIRAMA	3.481.875,04	0,50%	48,03%
Total dos 13 Contratos de Programa		335.917.420,41	48,03%	
CASAN		699.393.352,73	100%	

A CASAN, ainda, no exercício de 2015, deverá assinar os Contratos de Programa com os municípios de Chapecó, Lauro Muller e Otacílio Costa, todos com Audiências Públicas já programadas. Este fato elevará para mais de 50% da arrecadação da CASAN a participação dos municípios com Contrato de Programa.

De outra forma, em todos os outros municípios em que a Casan opera os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotos Sanitários (SES), ela tem um Contrato de Concessão vigente, que garante a receita. A Empresa continua mantendo as tratativas para passar para o novo modelo de Contrato, ou seja Contrato Programa.

E, em síntese, considerando o que preceitua a Lei N° 12.693, de 24 de julho de 2012, em seu Art.2°, todos os Contratos de Programa deverão ser assinados até o dia 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

a.i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A receita da Companhia é gerada por meio de suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e de programa com 199 municípios no Estado de Santa Catarina, além de 01 município no Estado do Paraná.

Em 2014 a Casan atendeu uma população de 2,75 milhões de pessoas, ou seja, 67% dos municípios do Estado de Santa Catarina, através de 248 sistemas de abastecimento de água e 35 sistemas de esgotamento sanitário, sendo 198 Sedes Municipais, 47 Distritos e 75 Vilas.

O crescimento da Companhia está diretamente ligado ao aumento do número de ligações de água, que saltaram de 702.308 ligações em 2012 para 750.656 em 2014, e de esgoto sanitário que foi de 63.402 ligações para 71.022 em 2014 respectivamente.

a.ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 a receita bruta da Companhia foi de R\$ 673,5 milhões, sendo que desse total R\$ 546,3 milhões foram provenientes das operações de distribuição de água tratada, R\$ 108,3 milhões das operações de coleta e tratamento de esgotos sanitários e R\$ 18,8 milhões referente a outros serviços, tais como receitas com novas ligações de água e esgoto. O crescimento verificado no período foi de 13,38% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo que o reajuste tarifário foi da ordem de 8,60%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 a receita bruta da Companhia foi da ordem de R\$ 727,0 milhões. As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram de R\$ 592,3 milhões, o que representou 81,5% do total das receitas. As receitas de operações de sistemas de esgotamento sanitário representaram R\$ 119,9 milhões, correspondentes a 16,5%. O restante de R\$ 14,8 milhões compreendem outras receitas, tais como novas ligações. O crescimento no período, em comparação com o exercício social anterior foi de 7,9%, sendo que o reajuste tarifário foi de 6,82%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 a receita da Companhia foi de R\$ 820,1 milhões provenientes

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. Os serviços de abastecimento de água representaram R\$ 667,7 milhões, e os serviços de esgoto sanitário R\$ 134,3 milhões. As outras receitas somaram R\$ 18,2 milhões. O total das receitas foi 12,8% maior que o verificado no exercício anterior, e o reajuste tarifário foi de 7,15%.

Os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- a) Crescimento do Estado de Santa Catarina
- b) Reajustes tarifários
- c) Custo dos insumos utilizados na prestação dos serviços
- d) Investimentos para ampliação da base de clientes.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno, não havendo impacto da taxa de câmbio na receita operacional. A receita da Companhia varia de acordo com reajustes tarifários e pelo crescimento do volume de água faturado. O reajuste de tarifa segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes do saneamento em âmbito nacional. Nossas tarifas são reajustadas levando-se em conta a inflação e o aumento dos custos. De acordo com a lei, a tarifa é reajustada uma vez por ano, respeitando o intervalo de 12 meses entre um reajuste e outro. Nos três últimos anos os percentuais de reajuste foram de 8,60%, 6,82% e 7,15% respectivamente.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

A inflação, a variação de preços dos principais insumos e os juros sobre os financiamentos no período de 2012, 2013 e 2014 foram absorvidos pelo crescimento orgânico da Companhia e pelos reajustes tarifários, o que gerou receita suficiente para suportar estes impactos, conforme os resultados positivos apurados. Nossos custos tendem a aumentar, tendo em vista as projeções de inflação, tendo em vista que os preços são em reais, porém as tarifas nos últimos anos também foram reajustadas de acordo com a inflação anulando em parte os efeitos dos aumentos dos custos. O impacto dos juros no resultado operacional da Companhia vem crescendo nos últimos exercícios, por conta de captação de novos financiamentos para investimentos, porém a empresa tem conseguido repassar estes aumento de custos aos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável à Casan

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve.

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Os diretores devem comentar:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, a qual modificou certas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as Companhias de capital aberto.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/09, que instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014 foram auditadas pela empresa VGA & Valério Matos Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**ÊNFASE**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº 1, alínea (i) e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Transações em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

Provisões para contingências

a) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da Procuradoria Geral da CASAN, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 19,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 13,0 em 31 de dezembro de 2013) em face de eventuais perdas nesses processos.

b) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisão do valor de R\$ 25,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 25,7 em 31 de dezembro de 2013).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Contingências fiscais**

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2014.

Ativo Financeiro

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota 1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 405,6 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica "Ativo Financeiro".

Plano previdenciário/Benefícios a empregados**a) Benefícios previdenciários****Plano CASANPREV**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financeiro das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União - seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

b) Participação nos lucros e resultados

Não haverá pagamento a título de participação dos empregados da Companhia.

Receita diferida

O montante de R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2013) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

Os valores a serem reconhecidos no Balanço Patrimonial, são como segue:

Item	31/dez/14	31/dez/13
<u>Plano CASANPREV</u>		
Valor presente das obrigações de benefício definido financiadas	191.498	172.471
Valor justo dos ativos do plano	-152.965	-101.127
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	0	0
Passivo líquido a ser reconhecido para obrigações de benefício definido financiadas	38.532	71.343
Fonte: GCT		

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos da CASAN abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos seus registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os diretores consideraram plenamente satisfatórios o grau de eficiência dos controles internos, com base na avaliação realizada e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente atenuados.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O trabalho dos auditores independentes realizado na Companhia limita-se a expressar opinião sobre as demonstrações contábeis, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Os auditores não encontraram quaisquer deficiências ou ineficácias nos controles internos e dos procedimentos contábeis da Companhia, não havendo desta forma qualquer comunicação por escrito encaminhada à administração da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Casan não realizou nenhuma Oferta Publica de valores mobiliários, portanto não se aplicam os itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
- ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
- iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
- iv) contratos de construção não terminada.**
- v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.
- b) natureza e o propósito da operação.
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.